

RELAÇÕES DE TRABALHO NAS UNIDADES PRODUTIVAS DE BASE FAMILIAR: OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A LUTA PELO ESPAÇO RURAL EM CÁCERES-MT

Flauberth de Carvalho – Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia/UFMT
flauberth@gmail.com

Profª Dra Onélia Carmem Rossetto do Curso de Pós-Graduação em Geografia/UFMT
oneliarossetto@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O campo rural brasileiro, nesse início de século, contém em síntese uma construção dialética, portanto contraditória. De um lado, a industrialização do campo e o avanço e desenvolvimento da agricultura capitalista, onde para Fernandes (1999) possibilita a territorialização monopolista do capital. De outro lado, o processo de expansão da agricultura familiar, da organização social de luta, onde o capital monopolista procura subordinar e apropriar-se da renda da terra camponesa, na tentativa de transformá-la em capital.

No Brasil a estrutura fundiária foi sempre marcada pela concentração da terra e acúmulo de capital nas mãos de uma minoria. Segundo Oliveira (2001-a) é desde o período colonial motivo de tensões e lutas. No desdobramento desses acontecimentos, apenas na década de 1940, surge de forma organizada a Liga dos Camponeses no Nordeste. Este movimento abrigou o início da organização social pela discussão de uma reforma agrária no intuito de atender aos trabalhadores rurais em busca de terra e de trabalho.

A reforma agrária e a luta pela terra só se colocaram legitimamente como uma questão social quando uma grande massa de camponeses foi impedida de ter acesso à propriedade da terra. Para Oliveira (op. cit.) a questão da luta no campo toma formas mais expressivas, as ações organizadas abrem novos caminhos para os trabalhadores rurais e os assentamentos e acampamentos dão novas formas a luta pelo direito à terra.

Antes, porém, é necessário entender e visualizar a propriedade da terra como uma relação social, porque para Martins (1981, p.169) no capitalismo ela significa “um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação”. Para Fernandes (op. cit.) sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, etc.

À medida que cresce e se desenvolve o capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção. Ainda Fernandes (op. cit.) afirma que o capital apropria-se do trabalho livre para a sua reprodução. No seu desenvolvimento e expansão, o capitalismo instala relações de trabalho assalariado, comprando a força de trabalho, e por outro lado, reproduz outras relações, como é o caso das relações de trabalho e da produção não-capitalista, como o trabalho familiar e a parceria.

Em Mato Grosso, essa realidade não é diferente. Frequentemente assistimos as manifestações sociais na luta pela conquista de terras, ocupando fazendas, bloqueando estradas, acampando em frente aos órgãos públicos, na tentativa de pressionar as autoridades soluções para o problema da reforma agrária não só no Estado, mas para todo o país.

Diante das diversas barreiras que o trabalhador rural enfrenta, é nas relações de trabalho que ele tenta encontrar soluções viáveis para as dificuldades encontradas no campo. A força de trabalho familiar, a parceria, o trabalho acessório e outros, são as alternativas de encorajamento para permanência na terra.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as relações de trabalho das unidades produtivas de base familiar e as formas de acesso a terra na luta pela produção do espaço rural nos assentamentos rurais Katira e Corixinha.

Os referidos assentamentos localizam-se no município de Cáceres, Mato Grosso nas coordenadas 16°04'14" S e 57°40'44" W, no ponto de confluência entre o Rio Paraguai, em sua margem esquerda, e as rodovias BR-070, BR-174 e BR-364. Localizado na microrregião do Alto Paraguai, na fronteira do Brasil com a Bolívia (ROSSETTO; BRASIL JR., 2002).

De acordo com a SEPLAN (2004) a implantação dos assentamentos ocorreu conforme o Programa de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde todas as famílias foram devidamente cadastradas para participação do Programa Nacional de Reforma Agrária. Atualmente no município de Cáceres já se encontram, entre finalizados e em estruturação, um total de 19 assentamentos onde quase 3.000 famílias são beneficiadas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa optou pela abordagem qualitativa. Segundo Lakatos; Marconi (2003) a pesquisa qualitativa tem como finalidade fornecer os fatos ou fenômenos mais reais, onde através de dados coletados possamos ter uma visão mais ampla sobre a problemática a qual pesquisamos. Para Richardson, et al., (1999, p.99) “o que importa é a qualidade das informações não o número de entrevistado que compartilha a informação”. Assim tivemos possibilidade de ter uma maior efetividade das ações e alcançar os resultados satisfatórios para a análise.

Os instrumentos de pesquisa para a coleta de dados foram a observação assistemática, que para Minayo, et al. (1994, p.49) é:

Aquela realizada não obedecendo nenhum roteiro específico ou pré-fixado, e que possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno em estudo, permitindo que este acompanhe *In loco* as experiências diárias dos sujeitos na tentativa de apreender os significados que atribuem à realidade que os cerca,

a revisão bibliográfica e a entrevista semi-estruturada com perguntas abertas para os trabalhadores assentados e responsáveis das organizações atuantes nos assentamentos.

Foi utilizado este tipo de roteiro de entrevista semi-estruturada, pois conforme Richardson, et al. (op. cit., p. 210) ela nos “possibilita descobrir que aspectos de determinada experiência produzem mudanças nas pessoas expostas a ela e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador”.

Foram aplicados dez roteiros de entrevistas divididos entre os dois assentamentos. A seleção do instrumental técnico nos possibilitou após tabulação dos dados e revisão captar a realidade atual sobre a situação dos assentamentos visitados e prognosticar antecipadamente possíveis

desdobramentos em torno do assunto em relação à realidade vivida pelos trabalhadores rurais na fronteira Brasil-Bolívia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Andrade, (1980) o termo estrutura fundiária corresponde a uma dada situação, em um momento histórico, quando se observa como está organizada a apropriação da terra, como ela se distribui entre os habitantes e quais as condições de exploração. Condições estas que são o resultado da evolução histórica, das opções políticas e do nível tecnológico existente em determinada sociedade.

A voracidade dos colonizadores na busca e acumulação de terras devia-se a uma incontida ânsia por prestígio, oriunda de uma Europa em fase final do sistema feudal. A terra deveria, desta forma, constituir o principal meio de investimento da riqueza. Esta seria uma característica da grande propriedade: a sua grande resistência à divisão (LINHARES; SILVA, 1999, p.50):

Assim, a estrutura fundiária, fruto da ânsia por prestígio e mando, constituiria a base de um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático (malgrado estar recoberto por um verniz benevolente e bem-feitor, o paternalismo) que se denominaria de caudilhismo. Do cacique ou coronel local até o chefe do Estado estabelecer-se-ia uma gradação de acordos e alianças, na maioria das vezes familiares, que permitiriam a constituição de uma pirâmide de poder e prestígios baseada na terra.

Segundo Oliveira (2001-b) a estrutura fundiária do Brasil caracterizou-se pela doação de grandes extensões de terra, denominadas capitâneas hereditárias e sesmarias, a particulares de alto poder aquisitivo que nelas pudessem investir, enriquecendo ainda mais a metrópole.

Em conseqüência, segundo Silva (1994) a necessidade de exportar em grande escala era interesse da metrópole portuguesa, contribuindo para a consolidação do latifúndio escravista.

Para Linhares; Silva (op. cit.) o Brasil no século XIX pressionado pelos grandes latifundiários perde sua primeira chance de realizar a reforma agrária. O que houve foi a aprovação, em 1850, da Lei n.601, a chamada Lei de Terras, que possibilitou a manutenção da concentração fundiária e da disponibilidade de mão-de-obra. Com ela, o acesso à terra somente se tornou possível por meio da compra em dinheiro.

De acordo com Martins (2000) com a criação da Lei de Terras e a transferência ao particular domínio e posse, criou uma espécie de direito absoluto que é a principal causa do latifundismo brasileiro e das dificuldades para dar à terra, plenamente, uma função social.

Entre o quase um século que separou a publicação da Lei de Terras, em 1850, e a formação das Ligas Camponesas (1945) e a publicação do Estatuto da Terra (1964), o Brasil conheceu diversos conflitos no campo, o que, para alguns, representa a formação do campesinato brasileiro (SCOLESE, 2005, p.33).

A fuga para essa estrutura fundiária patronal, que até hoje se perpetua, segundo Oliveira (op. cit.) é a luta no campo. Ainda o autor afirma que o camponês tem duas alternativas: ser proletariado,

vendendo sua força de trabalho ou volta para a terra e luta para ser dono de sua força de trabalho e dos meios de produção.

Nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta soldagem política de uma aliança histórica. Mais que isso, a evolução da ação organizada das lideranças bóias-frias, abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes [...], sinal de vida dos trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2001-a, p.14).

As manifestações de resistência dos camponeses são importantes nos estudos da questão agrária e estão relacionadas à expansão do capitalismo no campo. No interior do desenvolvimento desigual das relações capitalistas, os camponeses por meio de sua luta de resistência, vão construindo o seu lugar social no sistema adverso (capitalismo), que insiste em fazer-lhes desaparecer (FABRINI, 2002).

O assentamento é um espaço que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, os assentados constroem o território camponês verificado nas relações econômicas, políticas, sociais, etc. Então, cabe compreender como as relações se realizam no espaço e como se torna condição de manutenção e produção de novas ou antigas relações (FABRINI, op. cit., p. 82-3).

Mesmo sob forte discriminação e desleixo das políticas públicas, a agricultura familiar resiste e demarca seu espaço em todas as regiões do Brasil e continua sendo considerado um importante segmento de ordem socioeconômica do meio rural brasileiro.

A forma familiar de produção, ou agricultura familiar tem sido motivo de discussão entre vários autores. Pois este tipo de identidade dentro dos referenciais teóricos se desenha, em sua maioria, dentro da discussão dialética, dentro da reprodução contraditória do capital.

Para Scolese (2005) o conceito de agricultura familiar é relativamente recente, pelo menos no Brasil. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros (MARTINS, 1981).

Para Oliveira (2001-b) a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social.

Os agricultores familiares representam segundo o último Censo Agropecuário 1995-1996 (IBGE, 2005), 85,2% do total de estabelecimentos, ocupando 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura.

Oliveira (2001-b) cita que o Brasil no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, referente principalmente à agricultura, foi o próprio capital que estabeleceu a apropriação camponesa

da terra. “A apropriação camponesa da terra é fruto das contradições e da lógica do capital, [...] o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país” (OLIVEIRA, op. cit., p.49).

A formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo (FERNANDES, 2001, p. 30-1).

Fernandes (2001) afirma ainda que o campesinato é consequência da sua luta heróica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo. E a questão que permeia a territorialização do capital é que ele expropria muito mais rápido do que recria, a territorialização do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato.

RESULTADOS

Conforme SEPLAN (2004) o assentamento Corixinha foi criado em 2001 onde 73 famílias foram beneficiadas numa área total de 3.413 ha., permanecendo segundo análise dos dados apenas 72 famílias.

Segundo o INCRA, todas as famílias ali assentadas foram cadastradas e selecionadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Famílias essas que já estavam acampadas no município, muitas delas ligas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Após processo de seleção, foi executado o PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento):

É um plano que vai orientar os rumos e as ações para o desenvolvimento sustentável do assentamento. Ele será elaborado de forma participativa pelas famílias assentadas, com a orientação de uma empresa ou entidade cadastrada e contratada pelo INCRA (INCRA, 2001, p.17).

A empresa contratada para execução do PDA foi a COOTREC (Cooperativa de Trabalho e Serviços Especiais dos Profissionais de Ensino não Formal de Cáceres), onde junto com os assentados, segundo Presidente da Associação dos Agricultores, elaboraram o projeto de assentamento. Assentados, receberem os Créditos do PDA, em especial o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), tão esperado pelas famílias, que dá apoio financeiro para o custeio e investimento em atividades agropecuárias. Afirma ainda o presidente que o apoio financeiro do Pronaf foi de aproximadamente R\$ 13.000,00 por família assentada.

Todas as unidades produtivas já estão com a casa de alvenaria construída, exceto duas, que optaram em não construir. Assim não receberam o crédito. As propriedades já foram demarcadas e cercadas. Com o projeto elaboraram a agrovila, a escola - que já está em funcionamento com o ensino primário, o posto de saúde - que está parado por falta de médico.

Entretanto, na análise e averiguação dos dados coletados constatam-se problemas graves enfrentados pelos assentados. O primeiro diz respeito à falta de água nas propriedades rurais. O assentamento foi projetado em uma área sem rios ou córregos. As primeiras soluções para resolver esse problema foram a construção de poços artesianos para captação de água subterrânea ou

açudes para captação da água das chuvas (figuras 1 e 2). Onde não houve solução em sua maioria. Para resolver, tentaram reativar um poço que já existia na propriedade antes da desapropriação, onde a água é retirada com motor a combustível.

Muitos trabalhadores rurais acharam a solução no armazenamento de água em galões ou caixas d'água que vão buscar às vezes em outros assentamentos.

Outro problema diz respeito à distância da cidade de Cáceres. O Assentamento fica a 86 km da cidade. Os únicos meios de transportes são o ônibus ou as Vans que fazem a linha Cáceres/Corixa, divisa do Brasil com a Bolívia, onde a passagem fica R\$ 12,50, num total de ida e volta de R\$ 25,00, dificultando assim o acesso dos trabalhadores rurais de até mesmo levar seus produtos para serem vendidos na cidade. Alguns ainda tentam vender em San Matias, cidade na fronteira boliviana, que fica um pouco mais próximo.



Figura 1 – Solução achada para armazenagem de água



Figura 2 – Açude seco por falta de chuvas em grande parte do ano

Com relação ao cultivo da terra, podemos elencar outro problema. Com o auxílio do Pronaf grande parte dos entrevistados investiu no plantio de arroz, milho, mandioca, abacaxi, abóbora, feijão, batata doce (figura 3). Só que com a falta de água, e até mesmo da assistência técnica, que segundo eles, há muito tempo não aparecia, os trabalhadores rurais não conseguiram sustentar suas lavouras, onde precisaram achar outros meios para sua sobrevivem.

Em alguns casos, a solução foi o arrendamento das terras para o gado de fazendeiros próximo (figura 4), retirando do leite e dos animais a renda. Mas em grande parte das famílias entrevistadas foram a presença maciça do trabalho acessório que encontramos. Onde buscam trabalho nas fazendas vizinhas, onde segundo Oliveira (2001-b) o camponês se transforma em trabalhador assalariado, a rogativa da venda de sua força de trabalho. Outra relação de trabalho encontrada, mas incentivada pela formação da Associação, foi o mutirão e a parceria, muitas das vezes praticadas como dias de trabalho entre os trabalhadores rurais em suas propriedades, tentando amenizar os problemas enfrentados dentro do assentamento.

“A presença desses parceiros no campo brasileiro é, portanto, outra comprovação inequívoca de que a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista tem criado e recriado a possibilidade histórica para a reprodução camponesa no Brasil” (OLIVEIRA, op. cit, p.71).

A presença da força de trabalho familiar, para Oliveira (op.cit.) é característica básica e fundamental da produção camponesa. Mas foi uma prática relativamente pequena encontrada nas unidades

produtivas. Nas famílias entrevistadas, podemos constatar que não há manutenção da unidade produtiva familiar. Grande parte dos filhos vai para a cidade de Cáceres estudar, e muitos até mudando para a cidade depois do casamento. Os que ficam ainda são pequenos, e pouco pode auxiliar na produção familiar. Assim, encontram em outras alternativas como a parceria ou trabalho acessório a solução para suprir essas necessidades de força de trabalho.

O que podemos observar foi a divisão de tarefas entre os cônjuges. Onde o homem cuida diretamente da lavoura ou do pasto, enquanto a mulher cuida das pequenas tarefas domésticas até de pequenas granjas ou cultiva hortaliças próximo a casa (figuras 5 e 6).

Um traço perdido é o da fabricação de produtos de consumo como o sabão, a banha animal, entre outros, agora utilizando produtos industrializados, comprados agora na cidade.



Figura 3 – O pouco que às vezes eles conseguem cultivar em suas propriedades



Figura 4 – O arrendamento de pastos para pecuária, prática comum no assentamento



Figura 5 – Criação de suínos em uma das unidades produtivas



Figura 6 – A força de trabalho familiar

“Estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo” (SANTOS, 1978, p.33-4). A resposta da saída de membros da família das unidades produtivas observadas foram as dificuldades enfrentadas. Sem soluções aparentes, a saída é ir buscar melhores condições de vida na cidade.

O assentamento Katira foi implantado em 2003 onde 50 famílias foram beneficiadas numa área total de 1.450 ha. Segundo o INCRA, todas as famílias ali assentadas foram cadastradas e selecionadas

pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Famílias que também estavam acampadas no município.

O desdobramento dos problemas são os mesmos elencados acima. A falta da água torna-se a tônica das reclamações dos assentados.

Com o processo ainda de regularização do assentamento, as famílias camponesas ainda não receberam o auxílio dos créditos, que dificultam muitas das famílias que ali já vivem sem ter como produzir.

Segundo o INCRA (2001) o projeto de assentamento está organizado em duas fases: implantação e consolidação: 1. Contrato de Assentamento; 2. PDA; 3. Crédito de apoio para compra de alimentos e insumos básicos; 4. Capacitação básica dos assentados; 5. Execução dos serviços topográficos; 6. Aplicação do crédito de auxílio à construção de moradia; 7. Execução da infra-estrutura básica; e 8. Planejamento das atividades produtivas apoiadas pelo Pronaf. A fase de consolidação será considerada quando todas as etapas de implantação mais 50% dos títulos de domínio forem entregues.

No Katira, do projeto de assentamento apenas o auxílio alimentos e insumos básicos foi finalizada, onde as famílias camponesas recebem uma cesta básica por mês. As demarcações e serviços topográficos ainda estão em fase de execução. Observa-se que as unidades produtivas começam mesmo assim a receber o crédito de auxílio à construção de moradia, mas as famílias continuam em suas primeiras casas, construídas de madeira ou pau-a-pique, quando chegaram ao assentamento (figura 7 e 8).



Figura 7 – Vista parcial da parte externa de uma unidade produtiva do assentamento Katira



Figura 8 – Vista parcial da parte interna de uma unidade produtiva do assentamento Katira

As famílias campesinas entrevistadas reclamam da demora com a finalização do assentamento, justificando dificuldades para permanecer na terra sem ter o auxílio financeiro para começar a produzir. Segundo o presidente da Associação dos agricultores, recém formada, várias famílias já desistiram e venderam o lote para terceiros e voltaram para a cidade ou para os acampamentos do MST devido às dificuldades enfrentadas.

Analisando os dados coletados podem-se antecipar futuros desdobramentos devido aos vários problemas enfrentados por ambos os assentamentos. As políticas públicas, atreladas apenas na preocupação de assentarem, sem se preocuparem com as possíveis dificuldades que os campesinos podem encontrar, obrigam-os a perderem sua mais importante identidade, a de camponês,

vendendo sua força de trabalho e sendo expropriado de seus meios de produção voltando às fileiras do proletariado.

Nos assentamentos podemos constatar vários animais que já tinham morrido de sede e várias famílias camponesas estavam em estado de desespero por falta de água. Os moradores dividem com o gado o pouco de líquido que ainda resta de poças de lamas e pequenas represas.

O estado de calamidade vivido pelos moradores dos assentamentos rurais Katira e Corixinha agravou ainda mais neste ano devido ao longo período de estiagem.

Face a esta realidade, podemos destacar a questão agrária como o maior obstáculo econômico, político, ético e social ao desenvolvimento do conjunto do Brasil. Não só pelas condições de miséria, exploração e injustiça no campo, mas pelos desdobramentos ocasionados por tal situação. O êxodo rural, por exemplo, agrava ainda mais as mazelas e a pobreza também nas cidades.

Neste viés, a pequena produção ainda se torna inviável economicamente e dependente dos recursos e projetos públicos para se tornarem mais racionais dentro da conjuntura espacial que se encontra o novo rural brasileiro. E quando isso não acontece, os pequenos trabalhadores rurais tornam-se obrigados a saírem de suas propriedades, expropriados dos meios de produção e oferecendo sua força de trabalho.

Outra alternativa ainda é entrar novamente nas fileiras dos movimentos sociais reivindicando o direito não só a terra, mas também a condições melhores de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Corrêa. *Latifúndios e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

FABRINI, João Edmilson. *O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato*. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. *Geografia, movimentos sociais e teoria*. Terra Livre, ano 18, n. 19, São Paulo, jul./dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST, formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 1995 – 1996*. [acesso] 30 de agosto de 2005. <www.ibge.gov.br>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Manual dos assentamentos e assentados da reforma agrária*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; NETO, C.; GOMES, R. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ. Vozes, 3º ed., 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Geografia das lutas no campo*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

- _____. *A agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. E. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSSETTO, Onélia Carmem; BRASIL JR., Antonio C. P. (org.). *Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental*. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Universidade de Brasília, 2002.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SCOLESE, Eduardo. *A reforma agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- SEPLAN - *ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MATO GROSSO – 2004*. Vol. 26. Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Cuiabá: Central de Texto, 2005.